

Diário da Assembléia

Nº 3.052

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiani Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quilse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Aglides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quilse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Guimarães Sotomaior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quilse Crisóstomo da Silva — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomei — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 93ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 12 de Junho de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, Secretariada pelos Senhores Deputados Fabiano Braga Côrtes e Muggiati Filho.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Aeto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Quilse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão (37); achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: David Federmann — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Fuad Nacli — Iris Caldart — Ivo Rocha — Paulo Poli — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 47-74, que aprova os termos do Convênio n.º 04-74, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos do Convênio n.º 04-74, celebrado em 31 de janeiro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Antônio Lopes Júnior — Relator.

Comissão de Constituição e Justiça

PROPOSIÇÃO N.º 47-74

PARECER

A presente Proposição ora submetida à apreciação desta Comissão, oriunda de Mensagem Governamental n.º 12-74, encaminhando para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio n.º 04-74, celebrado em 31 de janeiro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

Referida Proposição obedece rigorosamente os dispositivos da Carta Estadual, ou seja, a competência do Chefe do Poder Executivo para celebrar Convênios conforme preceitua o art. 47, inciso IX e o "referendum" do Poder Legislativo estabelecido pelo art. 22 inciso VII, do mesmo diploma legal.

Com efeito esta a presente Proposição em condições de ser Aprovada na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1974.

ass. ilegível — Presidente

ANTONIO LOPES JR. — Relator

ass. ilegíveis

Comissão de Finanças

PROPOSIÇÃO N.º 47-74

PARECER

Submete-se à deliberação desta Comissão a Proposição em testilha, oriunda da Mensagem Governamental n.º 12-74, encaminhando para os fins constitucionais cópia autêntica do Convênio n.º 04-74, celebrado em 31 de janeiro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, visando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

A Doutra Comissão de Constituição e Justiça, em sua devida oportunidade, manifestou-se pelo acolhimento da Proposição.

No âmbito que lhe é próprio, ou seja, o aspecto financeiro, a presente Proposição está em condições de ser Aprovada, nos termos do Projeto de Resolução apresentado pela Doutra Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões em 18 de maio de 1974.

ass. ilegível — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

ass. ilegíveis

MENSAGEM N.º 12-74

Curitiba, 19 de março de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 04-74, celebrado em 31 de janeiro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMILIO GOMES — Governador do Estado.

CONVENIO N.º 04-74

Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, autarquia federal criada pelo Decreto-Lei n.º 301, de 28.02.67, alterado pelo artigo 20 da Lei n.º 5265, de 1.º-12-67, pelo Decreto-Lei n.º 576 de 03.05.69 e pelo Decreto lei n.º 840, de 08.09.69, inscrita no CGC-MF sob n.º 92.885151 neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Meiro, ao final assinado na forma do artigo 15 do já referido Decreto-Lei n.º 301, do doravante denominada simplesmente "SUDESUL" e o ESTADO DO PARANÁ, doravante denominado simplesmente "ESTADO", neste ato representado por seu Governador, Doutor Emílio Hoffmann Gomes tem justo, certo e combinado celebração do presente Convênio, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: — Do objetivo do Convênio:

O presente Convênio tem por objetivo, a colaboração da "SUDESUL" na elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba, doravante denominado simplesmente "PLANO", previsto no item I do artigo 3.º da Lei complementar n.º 14 de 03.06.73, de conformidade com o Plano de Aplicação e com o Termo de Referência, constantes do processo protocolado na "SUDESUL" sob n.º 8582-73, de 23-11-73, os quais fazem parte integrante deste processo, independentemente de transcrição.

Parágrafo único: — Os itens do Plano de Aplicação e as especificações do Projeto, referidos na cláusula anterior, poderão ser modificados, independentemente de ato aditivo, desde que aprovadas as modificações previamente e por escrito, pela "SUDESUL" e não importem em alterações do objeto e da classificação orçamentária.

CLÁUSULA SEGUNDA: — Da Elaboração do Plano:

Caberá ao "ESTADO", pela Coordenação de Planejamento Estadual e, nos termos da Lei Estadual n.º 6517, de 02.01.74, elaborar o Plano, podendo a mesma sub-empregar a execução dessa obra com terceiros de reconhecida idoneidade técnica e, enunciativamente, com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, sob responsabilidade solidária do "ESTADO".

CLÁUSULA TERCEIRA: — Dos Recursos:

Para consecução do objetivo deste Convênio, o "ESTADO" e a "SUDESUL" contribuirão com a quantia de Cr\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil cruzeiros) a saber:

a) — "SUDESUL" até Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros);

b) — "ESTADO" com Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros).

CLÁUSULA QUARTA: — Da Origem dos Recursos:

I) — O valor da contribuição da "SUDESUL" especificado na cláusula anterior foi empenhada sob n.ºs 1136, 1138 e 1142 em 30.11.73 e correrá a conta de seu Orçamento-Programa para o exercício de 1973, classificada como segue: PROGRAMA: Habitação e Planejamento Urbano; SUBPROGRAMA: Planejamento Urbano; PROJETO: 11.06.1163 — Programa de Ação Concentrada; ELEMENTO DE DESPESA: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros Cr\$ 77.550,00 (Setenta e sete mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros) e 40.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial Cr\$ 5.450,00 (Cinco mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros) e, ainda, do PROGRAMA: Administração; SUBPROGRAMA: Planejamento e Organização; PROJETO: 01.08.1.041 — Estudos Básicos de Planejamento Especial, Setorial e Regional; ELEMENTO DE DESPESA: 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial Cr\$ 317.000,00 (Trezentos e dezessete mil cruzeiros). II) — O "ESTADO" contribuirá com a importância de Cr\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil cruzeiros), cuja despesa correrá à conta da dotação prevista no artigo 24, da Lei 6517, de 02.01.74, empenhada sob o n.º, em / / , e assim classificada: — 31.30.17 — Outros Serviços Contratuais.

CLÁUSULA QUINTA: — Da Transferência dos Recursos:

A "SUDESUL" transferirá ao "ESTADO" o valor de sua contribuição, mencionada neste instrumento, de uma só vez, após a assinatura e publicação do presente Convênio, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA SEXTA: — Da Aplicação dos Recursos da "SUDESUL":

A contribuição da "SUDESUL" será aplicada pelo "ESTADO" na primeira etapa — CONHECIMENTO DA REALIDADE REGIONAL — do Plan de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba, obedecendo as especificações dos Termos de Referência e limitações constantes do Plano de Aplicação referido na cláusula primeira.

CLÁUSULA SÉTIMA: — Da Complementação de Recursos:

Toda e qualquer despesa necessária à execução do disposto na cláusula primeira, que exceder a contribuição da "SUDESUL", correrá por conta do "ESTADO", que se obriga a tomar todas as providências para obter os recursos necessários, a fim de que o convencionado neste ato seja totalmente executado no prazo estabelecido na cláusula décima.

CLÁUSULA OITAVA: — Do Depósito dos Recursos da "SUDESUL":

A contribuição da "SUDESUL" entregue ao "ESTADO", em conformidade com o pactuado na cláusula quarta, será obrigatoriamente depositada no Banco do Brasil S.A., em conta vinculada.

CLÁUSULA NONA: — Da Prestação de Contas:

A prestação de contas da parcela de Cr\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil cruzeiros), correspondente a contribuição da "SUDESUL", será feita pelo "ESTADO" dentro do prazo de 2 (DOIS) meses, contados após a data do término do prazo de execução, estabelecido na cláusula décima, com os documentos originais correspondentes e será organizada em forma contábil, observando as pertinentes exigências do Código de Contabilidade Pública,

acompanhada de demonstrativos, balancetes e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentadas pela "SUDESUL".

Parágrafo único: — Os saldos da contribuição da "SUDESUL" porventura inaplicados, reverterão aos cofres da mesma, por ocasião da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA: — Do Prazo de Elaboração do Documento:

O "ESTADO" obriga-se a concluir o documento citado na cláusula sexta, diretamente, ou por intermédio de terceiros, como dispõe a cláusula segunda, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data do pagamento a que se refere a cláusula quinta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: — Das Obrigações Complementares do "ESTADO":

O "ESTADO" compromete-se ainda, em relação ao documento citado na cláusula sexta:

- a) — A submetê-lo à análise da "SUDESUL";
- b) — A apresentar à "SUDESUL", relatórios semestrais sobre o andamento da elaboração do mesmo;
- c) — A fazer constar em todos os exemplares do mesmo, a colaboração da "SUDESUL";
- d) — A enviar à "SUDESUL", 5 (cinco) exemplares do documento elaborado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: — Do Atestado Quanto à Prestação de Serviços:

O "ESTADO", através do Secretário ou de quem por ele designado, atestará a prestação de serviços de pessoal técnico ou não, aplicado na execução do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: — Do Acompanhamento dos Trabalhos:

Fica assegurado a "SUDESUL", o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o andamento das atividades ou serviços do presente Convênio, independentemente da prestação de contas que o "ESTADO" está obrigado a apresentar, conforme o estabelecido na cláusula nona.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: — Da Emissão do Laudo Técnico:

Caberá ao Departamento de Desenvolvimento Local da "SUDESUL", a emissão do Laudo Técnico exigido pelo artigo 29 do Decreto-Lei n.º 301, de 20 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: — A "SUDESUL" e o "ESTADO" são co-proprietários do produto final do trabalho, podendo utilizá-lo livremente. O "ESTADO" se compromete, outrossim, a dar livre acesso à "SUDESUL" às informações que instruíram a elaboração do documento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: — Da Rescisão:

A falta de cumprimento de qualquer das cláusulas e condições aqui estabelecidas, motivará a imediata rescisão do presente instrumento; se a inadimplência for imputável ao "ESTADO", ficará este obrigado a restituir diretamente aos cofres da "SUDESUL", a importância desta recebida, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração; se for imputada à "SUDESUL", ficará esta obrigada a quitar os compromissos já assumidos e a serem cobertos com sua contribuição conforme Cronograma e Plano de Aplicação anexos. Ambos os ressarcimentos se farão independentemente de interposição judicial ou extra judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: — Do Prazo de Vigência:

O período de vigência do presente Convênio, será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de pagamento a que se refere a cláusula quinta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: — Da Prorrogação dos Prazos:

Os prazos do presente Convênio, tanto o de execução, como o de prestação de contas e o de vigência, poderão ser prorrogados, caso surgirem motivos que justifiquem tal prorrogação, por solicitação do "ESTADO" e obtido o prévio consentimento da "SUDESUL".

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: — Do Foro:

As partes elegem o foro de Porto Alegre, para conhecer qualquer ação, exceção, execução, interposição, notificação ou vistoria, pertinentes aos negócios consubstanciados neste instrumento ou a eles conexos, renunciando a qualquer outro, o mais privilegiado que for.

E, por estarem acordes, mandaram que eu, as. ilegível, Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, datilografado em 5 (cinco) laudas, por mim lidas e rubricadas com a seguinte rubrica, ilegível, que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenientes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 31 de janeiro de 1974.

"SUDESUL" — Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro — Superintendente

"ESTADO" — Engenheiro Emilio Hoffmann Gomes — Governador

TESTEMUNHAS:

as. ilegível

as. ilegível

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para sexta-feira, dia 14, às 9,30 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 18-74.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 94ª Sessão Ordinária

Realizada em 12 de Junho de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quêlse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão. (37); achando-se ausentes os srs. Deputados: David Federmann — Alvaro Dias — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Fuad Nacli — Iris Caldart — Ivo Rocha — Paulo Poli — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 235-73.
- de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 278-70, 162-71, 250-71, 93-72, 169-72, 182-72, 184-72, 90-73, 271-73, 293-73 e Projetos de Resolução n.ºs 72-73, 5-74 e 12-74.
- de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, solicitando dispensa de publicação da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 36-74.

Requerimento

Senhor Presidente:

O signatário do presente, após ouvido o Plenário. Requer a inserção em Ata dos trabalhos da presente Sessão um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Waldomiro Gayer, ocorrido em data de ontem.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1974.

(a) — Leopoldo Jacomel.

JUSTIFICATIVA:

Waldomiro Gayer residia na cidade de Araucária e era largamente conhecido pela sua atividade no campo da Agricultura e na atividade Social, principalmente no que diz respeito à organização dos lavradores. Notabilizou-se inicialmente pelas experiências realizadas no setor da triticultura. Introduziu variedades novas importadas da Europa, bem como foi o primeiro a introduzir a mecanização dessa cultura. Posteriormente, visando a melhoria de produtividade, introduziu da Europa, gado leiteiro que até o presente ainda traz efeitos benéficos na região de São José dos Pinhais e na cidade de Araucária. Trabalhou para implantar novas técnicas fitossanitárias e melhoramento de sementes de batatinha, trazendo reais benefícios para os colonos que se dedicam a essa cultura.

No campo social e organizacional destacou-se na busca de congregar os colonos em cooperativas, bem como sempre buscou o aprimoramento dos agricultores não só nas técnicas laboristas, mas igualmente no setor de seu aprimoramento cultural.

O seu trabalho continua sendo desenvolvido com sucesso pelo seu filho, Dr. Waldomiro Gayer Jr. que, tanto como funcionário do Ministério da Agricultura, quanto como homem de iniciativa privada prossegue na trilha de legado pelo seu pai de saudosa memória. O seu trabalho no setor de fruticultura que vem desenvolvendo cativou a admiração e o apoio de autoridades estaduais e federais.

A decisão da proposição acima, seja comunicada aos seus familiares, na pessoa do Dr. Waldomiro Gayer Jr., em Araucária.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, respaldado nas prerrogativas que lhe confere o Regimento Interno, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de louvor pela eleição do Senhor João Havelange, para a Presidência da FIFA.

Tal homenagem se presta ao dirigente máximo de nosso futebol, que enfrentando poderosas forças do continente Europeu, conseguiu uma vitória não só nossa mas de todo o continente Sul Americano.

O nosso orgulho portanto é imenso, e a nossa confiança de que aquela entidade terá a frente de seus destinos um homem que demonstrou a todos brasileiros a sua capacidade de trabalho, durante a sua prolongada e profícua gestão à frente da Confederação Brasileira de Desportos, proporcionando ao nosso País a posse definitiva de tão disputada Taça Jules Rimet.

Requer outrossim, que da decisão da Casa dê-se ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1974.

(a) — João Mansur.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, ouvida a Casa, a não realização amanhã, dia de Corpus Christi, da Sessão Ordinária para esse dia marcada, bem como a suspensão do expediente da Secretaria, pelo mesmo motivo.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1974.

(a) — Borsari Netto.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, regimentalmente, o envio de expediente ao Secretário dos Transportes e ao Diretor do DER, solicitando a Sua Excelência, que se dignem adotar as medidas necessárias visando a permanente conservação da Estrada São Mateus do Sul-Irati, trecho Marmeleiro-Riozinho, com extensão de aproximadamente 18 quilômetros.

O trajeto acima referido, contrastando com o percurso total da estrada, encontra-se em péssimo estado ocasionando sérios problemas aos usuários, notadamente os que se utilizam dos ônibus de linha, que, com o tempo chuvoso, ficam impossibilitados de trafegar.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1974.

(a) — Maurício Fruet.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEIRO desta Presidência lhe sejam entregues, cópias das peças integrantes do processo que apura irregularidades no DETRAN, através da Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada nesta Casa.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1974.

(a) — Erondy Silvério.

Requerimento

Senhor Presidente:

Na condição de professor e representante de grande parcela desta laboriosa classe, requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhado veemente

apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Emílio Gomes, DD. Governador do Estado do Paraná, conjuntamente com o dinâmico Secretário de Educação e Cultura, Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, no sentido de que seja enviado a esta Assembléia, para urgente discussão e aprovação, o Estatuto do Magistério, que já mereceu amplos estudos e debates por órgãos governamentais e pelos professores e nosso Estado.

O Estatuto do Magistério é uma necessidade imperiosa para a valorização daqueles que constroem no dia a dia, a grandeza da Nação, que é a educação do povo.

Certo de que este apelo encontrará guarida e apoio desta Assembléia, e a perfeita correspondência dos anseios de nossos mestres, aguardamos sua unânime aprovação.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1974.

(a) — Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, na forma regimental, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Doutor Emílio Gomes, ao Doutor Osiris Stenghel Guimarães e ao Doutor Paulo Aguiar, agradecendo, pelo asfaltamento do acesso à cidade de Jaguapitã, neste Estado.

Já há muitos anos o povo de Jaguapitã gestiona junto as autoridades estaduais, no sentido de se conseguir aquele imprescindível benefício.

Estivemos em diversas audiências, com o Excelentíssimo Senhor Governador Doutor Emílio Gomes, e as autoridades citadas, acompanhado do dinâmico e operoso Prefeito daquele próspero Município, Senhor Levi Vieira, Vice Prefeito e Vereadores, que ansiosamente esperavam o início das obras, para concretização daquela velha aspiração.

Além disso, foi aprovada proposição de nossa autoria por esta Casa, solicitando aquela providência, que hoje vai se configurando como uma grande realidade.

O povo daquela região, vibra e agradece ao Governador Emílio Gomes, por mais esta prova demonstrada de sua dinâmica administração.

Requeiro, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador Doutor Emílio Gomes, ao Secretário de Viação e Obras Públicas Doutor Osiris Stenghel Guimarães, ao Diretor do DER, Doutor Paulo Aguiar e se informe ao Prefeito Municipal de Jaguapitã, Senhor Levi Vieira, e a Câmara de Vereadores daquele Município.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1974.

(a) — Igo Losso.

Requerimento

Senhor Presidente:

Recentemente, em data de 14 de maio do corrente ano dois menores Rogério e Lucio Simão Filho, perderam a vida em Curitiba, intoxicados por monóxido de carbono, no momento em que se banhavam utilizando-se de chuveiro a gás.

Na última segunda-feira, nas mesmas circunstâncias, outra vítima fatal ocorreu, desta feita a menor Vilmaria de Fátima Guaniero.

Notícias do interior e de outros Estados, dão conta de fatos semelhantes sem que até agora tenha havido qualquer manifestação oficial de autoridades alertando a opinião pública a respeito do perigo causado pelo uso de aquecedores a gás, sem as necessárias precauções.

Reportagem publicada pelo jornal Diário do Paraná, em data de 19-05-74, analisa com profundidade o problema, relatando em seu texto: "Inconformado com notícias publicadas nos jornais desta semana, de que vazamento de gás provoca a morte dos garotos Rogério e Lucio Simão e de seu irmão Pedro Simão Filho, o engenheiro Roberto E.F. Chaves, diretor técnico de uma indústria de aquecimento a gás, procurou as autoridades policiais. "Vazamento de gás só mata quem quer morrer, o que mata sem que a pessoa consiga fazer qualquer gesto, é o monóxido de carbono", explica ele.

O Engenheiro Roberto Chaves, procurou as autoridades policiais "para que a população fosse alertada contra os maus fabricantes de instalações de gás, que preocupados em colocar seu produto no mercado, dispensam a aplicação das normas mínimas de segurança necessárias para que o aparelho funcione sem por risco a vida de quem o usa".

MESMA OPINIÃO — Os peritos do Instituto de Polícia Técnica Ari Fontana e Arthur Conrado Drischel, alertam também contra este terrível gás, altamente tóxico, incolor, inodoro e insípido e que isso não demonstra sua presença. O ponto principal, segundo a opinião dos três entendidos, é a colocação de chaminés, que é o elemento eliminador do resíduo de combustão de gás.

Um acidente fatal como o que ocorreu com os dois irmãos na última terça-feira, à noite não é provocado pelo vazamento de gás, que é perceptível, pois apresenta um cheiro forte, causando ardência nos olhos e mucosas das narinas. O acidente ocorre pela eliminação do oxigênio do ambiente e pela sua substituição pelo monóxido de carbono.

MAIOR INCIDÊNCIA: — Com a aproximação do inverno e dos dias cada vez mais frios, relatou o perito Ari Fontana do I.P.T., a população de menor cultura de menores recursos financeiros, procura diversos meios para se aquecer. Um deles é a colocação de carvão em uma lata, geralmente em lugar todo fechado "para não entrar frio". Em agosto do ano passado foi encontrado morto pela manhã o guardião de uma fábrica aqui de Curitiba, Angelim, o guardião para se aguentar do frio da noite, fechou-se numa sala de dois metros de diâmetro por dois e trinta de altura.

O laudo do I.P.T., diz que Angelim morreu vítima de envenenamento por monóxido de carbono. O principal sinal foi a constatação de coloração rosa avermelhada no peito e nas costas provocada pela falta de oxigenação no corpo. Ele teve também vômitos, mas, segundo o perito, quando já estava praticamente inconsciente. Constataram também que a permanência por apenas uma hora, numa sala como aquela, com o carvão queimando, provoca a morte.

MONÓXIDO DE CARBONO — O traiçoeiro gás monóxido de carbono, que os químicos chamam de CO₂, porque suas moléculas são compostas de dois átomos de Oxigênio e um átomo de Carbono resulta da combustão imperfeita e incompleta de qualquer gás. Nos casos de envenenamento, em banheiros, que em muitos casos a população acaba achando que foi suicídio, acontece o seguinte: Como é um gás quente, ele vai saturando de cima para baixo, eliminando todo o oxigênio que há no ambiente. Como o banheiro está todo fechado, não há renovação do oxigênio. Alguns tipos de aquecedores não têm chaminé e assim todo o gás carbônico expelido vai ficando dentro do próprio ambiente. Com uma dose de dois por cento no sangue ele já é letal. Pode matar em dois minutos.

O processo de como ocorre esta substituição é explicado nas escolas com o teste da vela: coloca-se uma vela acesa dentro de um copo virado; em poucos minutos a chama sobe até desaparecer. A explicação é simples: só há com-

bustão onde há oxigênio e o monóxido tomou conta do ambiente interior até atingir a chama. Enquanto havia um resto de oxigênio ela continuou queimando; quando acabou, a chama apagou. Com a vida humana acontece a mesma coisa.

A MORTE — Num banho prolongado num chuveiro a gás, onde, não haja chaminé para expelir o gás carbônico, a pessoa já começa a notar alguma coisa, como olhos e narinas ardendo. Isto porque o oxigênio começa a ficar rarefeito. O homem começa a assimilar no sangue o monóxido de carbono com suas moléculas indissolúveis. Segundo o perito Artur Drischel ocorre aí o fenômeno no sentido "carboximoglobina" e não no sentido oximoglobina que é quando a hemoglobina, responsável pelo transporte do oxigênio para os tecidos do organismo, leva oxigênio até eles através das artérias e a hemoglobina das veias tira o gás carbônico que é expulso na expiração.

Com a presença das "carboximoglobinas" o oxigênio fica cada vez mais raro até desaparecer e matá-lo. Quando dois por cento do sangue está composto de "Carboximoglobinas" a pessoa já começa a ficar tonta, a ter dor de cabeça forte. Este fenômeno, segundo ele é irreversível, porque as tensões superficiais, não permitem mais a volta do ciclo vital, isto é expirar o gás carbônico e inspirar o oxigênio.

A SOLUÇÃO — Há opções para evitar a poluição por monóxido de carbono em ambientes fechados. Nos folhetos de propaganda de alguns fabricantes não há a exigência da colocação de chaminés. Preocupados com a aparência mais bonita dos banheiros, e ressaltando apenas os aspectos positivos, como o banho mais confortável, temperatura graduada, e alguns cruzinhos a menos pois "dispensam chaminés", eles não mostram os perigos ou os possíveis efeitos lesivos de uma instalação mal feita. Sem se preocupar com o que possa acontecer acham que estas considerações prejudicariam a imagem do produto, e portanto sua venda.

Outra opção, dada pelos peritos do I.P.T., para evitar o envenenamento por monóxido de carbono, é não fechar totalmente o banheiro. Deixar sempre uma janela aberta, colocando um pequeno ventilador junto a ela. O essencial seria uma porta e uma janela aberta. Outra maneira para que o oxigênio fosse renovado seria a instalação de um exaustor dentro do próprio banheiro, ou arrumar uma chaminé improvisada. O ideal seria que, o aquecedor estivesse fora, num lugar totalmente ventilado.

No caso do aquecimento de interior, feito com carvão, muitas pessoas acham suficiente colocar uma vasilha com água, achando assim que tudo está resolvido. A água serve apenas para renovar a umidade do ar, pois junto com o oxigênio, o gás tóxico e quente consome também a umidade do ar. Ela não ajuda para a renovação do oxigênio indispensável para a manutenção do ciclo vital.

O engenheiro Roberto Chaves que está em entendimento com as autoridades policiais para se fazer um alerta a população, explicou seu ponto de vista: Tenho interesse pois acho que ninguém quer que o outro morra. Tem que haver assim uma campanha preventiva de esclarecimento, destacando os possíveis perigos e os cuidados necessários a sua prevenção. O gás só mata, quando a pessoa quer morrer, vazamento não mata e no caso dos garotos se houvesse vazamento teria havido uma explosão. Ele é um dos empresários que, conhecendo os possíveis danos e a maneira fácil de contorná-los, está sugerindo as providências a serem tomadas, para diminuir os riscos desse traço de gás monóxido de carbono.

Como se nota, é imprescindível a adoção de medidas imediatas visando solucionar o problema. A começar por uma ampla campanha de esclarecimento a opinião pública, além da indispensável fiscalização junto aos abrigantes com o objetivo de fixar normas de segurança, bem como exigências legais aqueles que se dedicam a instalação destes equipamentos, exigindo-se a indispensável credenciação e habilitação profissionais.

Isto posto requeiro à Mesa, regimentalmente, o envio do presente, solicitando adoção de medidas em suas áreas de competência, às seguintes autoridades: Exmo. Sr. Ministro da Saúde; Exmo. Sr. Presidente do Instituto Nacional do Propriedade Industrial; Exmos. Srs. Secretários de Segurança e de Saúde; Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Curitiba; Exmo. Sr. Comandante do Corpo de Bombeiros.

Outrossim, dê-se ciência desta decisão ao MM. Juiz de Menores da Capital; à Diretoria da Associação Comercial do Paraná e a SOCIGAZ.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1974.

(a) Maurício Fruct

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 84-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Cel. WASHINGTON MANOEL VIJAND DE SOZA BERMUDEZ.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO: — Tem inteira procedência a honraria que se pretende dar ao Coronel Washington Manoel Vijand de Soza Bermudez.

Durante o tempo que permaneceu em nosso Estado, a sua atividade serviu para ajudar o Paraná em vários setores, destacando-se, principalmente, na educação.

O Colégio Militar do Paraná, sob sua direção teve um impulso extraordinário e que muito honra o nosso Estado e a nossa gente.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1974.

(a) — Antônio Lopes Júnior

PROJETO DE LEI N.º 85-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Os Serventuários da Justiça, ativos ou inativos, que deixaram de fazer em tempo hábil, por quaisquer circunstâncias, a apostila de seus títulos de nomeação quando da elevação de entrância das comarcas de que trata a Lei n.º 4.251, de 29 de julho de 1960, poderão fazê-la, por esta Lei, para efeito dos benefícios daí decorrentes, aos quais terão direito a partir da data em que forem apostilados os respectivos títulos.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1974.

(a) — Gilberto Carvalho

JUSTIFICAÇÃO:

O aumento que decorrerá da elevação de nível, não será pago pelos cofres do Estado e sim pela contribuição dos Cartórios para a Caixa de Apontentadoria dos mesmos.

Daí a iniciativa que tomamos, para a qual esperamos obter o apoio e a aprovação da Casa, por nos parecer de inteira justiça.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente. Srs. Deputados: Muitos assuntos, uma das matérias mais controversas e mais discutidas do Estado do Paraná ultimamente, tem sido o Estatuto do Magistério Público, que esta Casa aguarda com ansiedade do Sr. Governador do Estado. E para tanto, nós estamos hoje encadeando um expediente ao Sr. Governador que se aprovou por por esta Casa, para que S. Exa. encaminhe com a máxima urgência, urgentemente mesmo ainda este mês, uma vez que no próximo mês estaremos em recesso, o tão esperado e decantado Estatuto do Magistério Público.

Sabem os Srs. Deputados, que este é o anseio e o desejo do professorado do nosso Estado, uma vez que no Estatuto contém, entre outras coisas, a aposentadoria aos 25 anos, efetivação dos suplementaristas após 25 anos de magistério, e uma melhor remuneração para a classe que menor salário percebe em função da grande dosagem de responsabilidade que lhes é atribuída.

O Requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, de apelo no sentido de ser encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para ser submetido à apreciação desta Assembléia, o Estatuto do Magistério, tão esperado pela operosa classe dos mestres de nossa terra.

O Estatuto estruturará o Quadro do Magistério, baseado na Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que ampliará inclusive as áreas de atividades dos docentes para carreiras de especialistas de educação, nos diversos cargos propostos pelo referido documento legal, além de dar ao professor uma melhor remuneração, baseada na própria Lei n.º 5.692, que regulamenta os vencimentos pela qualificação e habilitação do professor, sem preocupar-se com o grau onde exerce a função docente.

Dará também, além das vantagens acima, aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço e efetivação dos suplementaristas após 5 anos de exercício do magistério.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1974”.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Inclito Sr. Presidente Deputado Santos Lima. Exmos. Srs. Deputados.

Má aproximadamente 20 dias atrás, duas crianças em Curitiba morreram envenenadas por monóxido de carbono; quando tomavam banho em chuveiro a gás.

Segunda-feira, um outro menor, faleceu por este mesmo motivo. Em vários Municípios do interior afirmam que números acidentados desta natureza tem ocorrido. E o mesmo aconteceu em outros Estados da Federação Brasileira.

E isso ocorre por incompetência de inúmeros fabricantes de chuveiro a gás que não adotam preocupações indispensáveis e não alertam a opinião pública a respeito do problema. Apresentamos um Requerimento bastante extenso na Sessão de hoje, com a opinião de inúmeros técnicos que analisam o assunto. E, por incrível que pareça, apesar de toda a sua gravidade, o que se vê o que se nota o que se observa é uma total e absoluta omissão das autoridades responsáveis em suas áreas de competência na tentativa de uma fiscalização melhor para solucionar o problema. Estamos pedindo a esta Casa o encaminhamento daquele Requerimento onde conta opinião de técnicos, alertando problemas, pedindo soluções ao Sr. Ministro da Saúde Pública; ao Sr. Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial; aos Srs. Secretários de Saúde e de Segurança; ao Comandante do Corpo de Bombeiros e ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba. E ali se pede ainda que as soluções técnicas apontadas sejam através das medidas necessárias, transformadas em Lei, algumas e outras, uma fiscalização permanente junto aos fabricantes que criminalmente são os responsáveis por estes incidentes.

Gostaria ainda de participar aos eminentes Deputados, particularmente ao Presidente da Comissão Especial aprovada e instituída pela Assembléia Legislativa com o objetivo de analisar e defender os interesses do nosso Estado, com relação à fronteira com o vizinho Estado de São Paulo, que na próxima segunda-feira, a nosso convite virá a esta Casa o Dr. Lineu Ratton, o qual às 16 horas na Sala das Comissões irá apresentar um relatório aos Srs. Deputados onde mostrará exatamente em que parte e quais as condições em que se encontra o processo que decidirá dos limites da fronteira do Estado do Paraná com São Paulo, bem como terá condições de prestar todos os esclarecimentos necessários para que todos nós tomemos consciência desse problema, que a nosso ver está atingindo um ponto de gravidade bastante elevado.

Desde já, portanto, fica o convite aos eminentes Srs. Deputados, para a reunião na próxima segunda-feira, às 16 horas, na Sala das Comissões. Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, nobres Deputados.

O Governo do Estado, em colaboração com o Tribunal Regional Eleitoral, está promovendo uma campanha de aumento do nosso eleitorado. Trata-se de campanha cívica sem qualquer sentido político-partidário. A meta é elevar para 8 milhões, o número de eleitores no Paraná. Se o objetivo for atingido Sr. Presidente, Srs. Deputados, e acreditamos que o será, o nosso Estado passará a contar com uma Bancada de 32 Deputados na Câmara Federal. Aqui nesta Assembléia Legislativa, se atingida a meta, a que se propôs o Governo do Estado, em colaboração com o Tribunal Regional Eleitoral, o povo paranaense, passará a contar com 56 representantes ou seja, 9 representantes a mais do que possui hoje. Creio ser desnecessário discorrer sobre a importância desse aumento. O maior Poder de influência do Paraná e na esfera federal e nas grandes decisões nacionais; a maior capacidade de reivindicação das Prefeituras Municipais, das populações do interior junto ao Governo do Estado.

Desejo, portanto, formular um apelo aos nobres colegas do Legislativo, membros da Arena e do MDB, para que se integrem na campanha que está sendo coordenada pelo Sr. Secretário do Interior e Justiça, Deputado Zacarias Seierne e pelo Desembargador Arthur Heráclio Gomes Filho, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Idêntico apelo tenho formulado aos Prefeitos Municipais que represento. O esforço de todos, possibilitará que a campanha lançada a 19 de dezembro do ano passado pelo Governador Emilio Gomes, alcance os elevados objetivos a que se propôs.

Outro assunto que me traz a esta Tribuna, Sr. Presidente, é a correspondência que a liderança do Governo recebeu do Sr. Diretor do DETRAN, Arquiteto Marcos Loureiro Prado, em data de ontem, e está vasada nos seguintes termos:

“A digna Assembléia Legislativa do Paraná aprovou, em sessão de 3 de junho de 1974, pedido de informações do Sr. Deputado Erondy Silvério, que passamos a responder, repetindo a pergunta para dar os maiores esclarecimentos ao assunto.

1.ª Pergunta — Quantas vezes o atual Diretor do DETRAN, Arquiteto Marcos Prado ausentou-se do País em caráter oficial?

Respostas — Foram quatro as viagens feitas, sendo uma delas para dar assistência técnica a um País amigo, duas de estudos e pesquisas e a última para palestras e debates.

2.ª Pergunta — Qual a duração destas estadas no exterior e, se financiadas com dinheiros públicos, por conta de que verba foram consignadas e a que título?

3.ª Pergunta — Discriminadamente, quais foram as importâncias recebidas pelo Diretor do DETRAN durante suas ausências, como vencimentos, ajuda de custo, diárias ou a qualquer outro título?

Respostas — As duas perguntas por se referirem ao mesmo assunto.

Resposta — A duração das viagens foi de 30 dias em setembro de 1972, à Europa, para estudos. De 15 dias ao Paraguai, para dar assistência técnica ao Governo Municipal de Assunção, a pedido daquele País. De 30 dias à Europa e Estados Unidos, em setembro de 1973 para estudos e, finalmente, de 35 dias aos Estados Unidos a convite daquele País, para debates e palestras, em fevereiro de 1974.

O Governo do Estado deu, por conta da verba de ajuda de custo, na viagem ao Paraguai, a importância de 1.980 cruzeiros e, para as restantes, o total de 5.940 cruzeiros. O Governo do Estado não pagou diária e ajuda a qualquer outro título e nem as passagens.

Para complementação das despesas o Diretor do DETRAN fez um contrato pessoal e particular de financiamento no First National City Bank em 1973 e empréstimo pessoal no Bamerindus.

E preciso considerar que foram viagens de trabalho, conforme se verá na resposta à última pergunta.

Complementando, o salário do DIRETOR DO DETRAN é símbolo 1-C o que representava, em 1972, época da primeira viagem, um ordenado mensal de 1.650 cruzeiros. Na época da segunda viagem, o ordenado de 1.980 cruzeiros e, em 1974, o valor de 2.277 cruzeiros.

A gratificação de representação era até 1973, 400 cruzeiros, sendo agora de 1.750 cruzeiros mensais.

Considere-se que as passagens das duas primeiras viagens foram pagas pelo próprio arquiteto, sendo que as duas últimas o foram, respectivamente, pelo Governo da Alemanha Oriental e pelo Governo dos Estados Unidos da América.

Há que se considerar ao final, que não foram gozadas férias pelo atual Diretor do Detran, nestes 3 anos e dois meses de trabalho.

4.ª — Qual o teor dos relatórios apresentados pelo referido servidor sobre os conhecimentos adquiridos e qual sua aplicação prática para a melhoria do sistema de trânsito da Capital do Estado?

Resposta: Devemos considerar que a aplicação dos conhecimentos adquiridos é de mais difícil mensuração, já que das informações recebidas a transformação destas para adaptação às nossas necessidades e à nossa realidade vai uma distância incomensurável.

Considere-se ainda que duas destas viagens tiveram mais o objetivo de dar do que receber. Mas, os resultados são óbvios. A melhoria dos serviços administrativos com o mesmo pessoal, a descentralização do empacamento, a cobrança pela rede bancária, a rede de malotes para atendimento do interior do Estado, os planos para o interior, a implantação de serviço de rádio-comunicações, o circuito fechado de T.V., que veio agilizar o atendimento dos incidentes e problemas do centro da cidade, além de ter provocado a diminuição dos acidentes na mesma área, e o projeto já em fase de concorrência para sincronização de cerca de 74 mil metros de extensão de vias públicas, são apenas alguns dos resultados. O jornal “O Estado de São Paulo”, em editorial de 08 de abril de 1974, aconselha a vinda de técnicos ao Detran do Paraná para aprenderem um pouco sobre planejamento de tráfego. O jornal “O Globo” do Rio de Janeiro, em editorial de 24 de dezembro de 1973, inicia-se com a frase: “Se o chapéu ainda estivesse na moda nós o tiraríamos para a cidade de Curitiba...”

O “Jornal do Brasil”, de 19 de dezembro de 1973, diz que “o Detran do Paraná é o primeiro a enxergar”.

Estas são apenas algumas das notícias publicadas em jornais nacionais, espontaneamente, jornais de uma independência incontestável. Foram escolhidos ao acaso, como poderiam ser de jornais do Paraná.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. sabe como respeito sua atuação de parlamentar, e de Líder do Governo. V. Exa. tem demonstrado equilíbrio na difícil tarefa de conduzir a Liderança do Governo e tem sido um Líder que se faz respeitar não só pelos Deputados da Arena, como também pelos da Oposição, nesta Casa. Em respeito a essa liderança e à atuação de V. Exa. que estou ouvindo calado. Mas, vou aguardar que venham as respostas oficiais do Governo para me manifestar. Porque não pedi informações sobre se S. Exa. estava sendo, ou não, elogiado pelos jornais de outras cidades. Nós sabemos bem como funciona a imprensa deste País em determinadas circunstâncias. De maneira que não nos impressionaram essas citações lidas por V. Exa., embora reconheçamos que o trabalho do Dr. Marcos Prado junto ao Detran tenha alguns pontos positivos. Seria patético pessoal se fôssemos negar a evidência de muita coisa que tem sido feita pelo trânsito de Curitiba. Mas, não podemos aceitar como válida a colocação de 6 ou 8 aparelhos de televisão para olhar os apartamentos vizinhos, diminuindo os acidentes, o que não é verdade. Ele aumenta assustadoramente, não por culpa do Diretor do Detran, pois ele não tem culpa que o cidadão tome duas ou três doses de bebida alcoólica e sente no volante e cometa toda série de asneiras. Não estou culpando o Diretor do Detran pelo aumento do número de acidentes, mas estou, isto sim, não aceitando a afirmativa de que a colocação daqueles aparelhos de televisão tenha diminuído o número de acidentes. Em todo o caso, vou por enquanto ouvir com atenção a resposta do Diretor do Detran e vou esquecer, por enquanto, o Sr. Marcos Prado, porque uma das frases preferidas de Confúcio talvez se aplique aqui: “quem ajuda seu vizinho, não merece ir para o pelourinho”. Então quem viaja, quem cuida do tráfego aéreo e vai a Alemanha Oriental ensinar, porque ensinar no Paraguai, não é muita vantagem, mas ensinar na Alemanha

Oriental até me comove. "Quem ajuda seu vizinho, não merece ir para o céu", já dizia Confúcio há milênios. Então vou aguardar a resposta.

O SR. IVO THOMAZONI — Prometo a V. Exa., que tão logo conclua a leitura da resposta do Diretor do Detran, terei a máxima satisfação de dialogar com V. Exa., mesmo porque o diálogo com V. Exa. para mim sempre foi muito esclarecedor. Tenho aprendido muito quando tenho oportunidade de ouvir a intervenção de V. Exa. nos debates desta Casa.

Diz mais o Sr. Arquiteto Marcos Prado: (Lê)

"Quanto ao teor dos relatórios apresentados, farei um resumo sumário para evitar um alongamento desnecessário.

Todas as viagens foram a trabalho, assim discriminadas:

1 — Viagem à Europa e Estados Unidos. Com estudos e análises locais, discussões com órgãos de planejamento, de policiamento e de trânsito sobre administração de trânsito, planos e sua aplicação, problemas e resistências, fatores adversos e favoráveis, transporte público e privado, rádio-comunicação em Roma, Estocolmo, Copenhagem, Rotterdam, Londres, Nova Iorque, sendo nesta última visto diferentes sistemas de sinalização período de 30 dias em janeiro de 1973.

2 — Viagem ao Paraguai — a pedido da municipalidade de Assunção para assistência técnica sobre problemas de trânsito daquela cidade. Período de 15 dias, em setembro de 1972.

3 — Viagem à Europa para estudos e análises dos diversos sistemas, métodos e equipamentos utilizados em sinalização de tráfego, tendo sido visto os instalados em Estocolmo, Copenhagem, Amsterdan, Den Haag, Delphis Hilversum, Londres, Poole, Milão, Sonrio, Paris, Valência, Barcelona, Madrid, Berlim, Leipzig. Também foram vistas as respectivas fábricas de equipamentos e realizadas reuniões de análise crítica com os órgãos de Governo locais que os aplicaram. Duração de 30 dias, em outubro de 1973.

4 — Viagem aos Estados Unidos com roteiro programado para debates, palestras nas cidades de Pittsburgh, Philadelphia, Washington, Reston, Nova York, New Orleans, De Moines, Seattle e São Francisco. As reuniões em todas as cidades abrangeram: desde os Órgãos Públicos, Universidades, Entidades Privada e Entidades de Financiamento ligadas aos problemas urbanos, transporte de mercadorias, transporte de massa, trânsito urbano, poluição de água e ar, habitação etc. Duração de 35 dias, em fevereiro de 1974.

Antecipando-me a resposta oficial faço-o para dar, com a presteza devida, os esclarecimentos pedidos.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência, os meus protestos da mais alta consideração.

Atenciosamente,

as.) Marcos Prado"

O SR. IVO THOMAZONI — Nobre Deputado Erondy Silvério. No final do aparte de V. Exa., V. Exa. argumentou duvidando, que a instalação do circuito fechado de TV, veio de certa forma agilizar o atendimento de um problema no centro da cidade, além de ter diminuído o número de acidentes.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. falou agilizar?

O SR. IVO THOMAZONI — Realmente, nobre Deputado se V. Exa. observar as estatísticas do DETRAN, verá que a instalação do circuito fechado de TV naquela área, assistida pela fiscalização do serviço de televisão, os acidentes diminuíram.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. como um Deputado dos mais brilhantes desta Casa, não sei como pode acreditar num disparate deste. Eu não vejo, e nem V. Exa. no íntimo também não vê que a colocação de um aparelho de televisão naquela área, que tem por objetivo controlar possíveis infrações cometidas naquele cruzamento, virá diminuir o número de acidentes. Não há nenhuma participação humana nesta fiscalização.

São estatísticas frias, nobre Deputado, desculpe-me. Mas há dois anos atrás, o Diretor do DETRAN afirmava que havia diminuído o número de acidentes, com a implantação do novo sistema viário da cidade.

Apenas para reforçar as minhas argumentações, numa pesquisa levantada por um jornal de Curitiba, provava que o Diretor do DETRAN estava mentindo. Esta pesquisa foi feita no Pronto Socorro, onde se internam cerca de 8 a 9% dos acidentes em ocorrência do trânsito.

Então, provou-se que as estatísticas não corresponderiam à mesma proporção dos internamentos. Eu vou trazer um trabalho, para mostrar a V. Exa. para provar a V. Exa. que estas estatísticas são frias. E o Diretor do Detran procurou justificar perante a população curitibana, sobre a aplicação deste dinheiro, que fora destinado a estes circuitos de televisão.

Este dinheiro seria melhor aplicado se fosse transferido para o FUNRES-POL para o reequipamento do Corpo de Bombeiros. Melhor estaria aplicado este dinheiro, do que em aparelhos de TV, apenas para satisfazer a vaidade do Sr. Diretor do Detran.

A respeito destes aparelhos, vou contar outra história nesta Casa, que vai deixar estarecidos os nobres Deputados. Prometo que trarei novidades sobre este assunto, a esta Casa.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Erondy Silvério, o respeito que V. Exa. merece faz com que eu acredite nas afirmações de V. Exa. Jamais eu me permitirei duvidar das suas afirmações. Da mesma forma que não posso duvidar da validade do serviço estatístico do Detran. Pois tem um organismo que está não só julgando mas catalogando, julgando todos os acidentes ocorridos em Curitiba. E aquele serviço informa e eu tenho que acreditar, nos dados estatísticos que são a realidade. Na área assistida pelo circuito fechado de televisão, os acidentes diminuíram. E a influência é tal que o Deputado Arthur de Souza, que é pena que não esteja aqui, que diariamente me dou ao luxo de ouvir seu programa radiofônico, ele se refere às causas determinantes dos acidentes de trânsito em Curitiba. E ele numa determinada ocasião refere-se à coação moral que a Câmara de Televisão exerce sobre os motoristas, que sabendo-a existente num determinado local, não avança a faixa de pedestre e procura respeitar as leis do trânsito, para não se ver punido pela fiscalização exercida pelo serviço de televisão.

Mas tenho observado também que alguns órgãos da nossa imprensa, aos quais eu respeito, porque tanto que eu vejo, ouço e leio a maioria dos seus noticiários, nos dão como acidentes ocorridos na Capital do Estado, com responsabilidade direta do Detran, acidentes ocorridos numa via federal, na BR-116. Quase sempre a maioria dos mortos ocasionados em acidentes de trânsito, são verificados na BR-116, nas proximidades de Curitiba, em direção a São Paulo ou a Porto Alegre. E esses acidentes são computados à deficiência ou incapacidade fiscalizadora do nosso Departamento do Serviço do Trânsito.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Ivo Thomazoni, sem querer contestar a qualquer aparte do nobre Deputado Erondy Silvério, — quem sou eu para entender de trânsito, mas, com referência ao circuito fechado de televisão, também não creio que tenha diminuído os acidentes com a instalação do circuito. Mas lendo outro dia, uma publicação sobre o assunto na revista "Veja", o que está fal-

tando é complementar o serviço; é alertar ao trânsito do significado, do alcance que tem o circuito fechado; porque o motorista ao ultrapassar uma faixa, como V. Exa. disse, no final, sofre a coação moral; ele já vai lembrar que o circuito vai registrar a sua infração. E em outros casos, quando o motorista chega, e vai ultrapassar uma sinalização, ele olha, se não tem guarda, ele abusa; e se houver uma orientação e o circuito fechado ele não ultrapassa e trará bons resultados. Isto pode não, ser agora mas a prazo mais longo, produzirá bons resultados.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço o aparte do Deputado Gilberto Carvalho.

Deputado Erondy Silvério, V. Exa. perdoe a petulância deste Deputado provinciano, que quanto mais eu vivo em Curitiba, mais eu amo Curitiba, a cidade que V. Exa. representa tão bem nesta Casa, sabe ser agradável e acolhedora. Todos nós, V. Exa., eu, as nossas esposas, as nossas filhas, os nossos vizinhos, todos nós nos irritamos com o trânsito em Curitiba; não de hoje, de sempre; e não é só Curitiba. Quando nós estamos visitando São Paulo, a mesma coisa ocorre: Porto Alegre, a mesma coisa. Quero crer que todas as cidades que estão se transformando em metrópoles apresentam problemas de trânsito que são quase que insuperáveis.

Não vamos procurar fazer aqui a defesa da capacidade técnica profissional do Sr. Diretor do DETRAN, mas tão somente, respondendo às perguntas formuladas por V. Exa., Deputado Erondy Silvério, queremos dizer que entendemos como válida a preocupação de informar. As viagens internacionais são válidas para o Governo do Estado, no aprimoramento do serviço responsável pelo trânsito no Estado e custaram menos de 8 mil cruzeiros para os cotres do Estado.

Temos que compreender a abnegação do Arquiteto Marcos Prado que fez empréstimos pessoais para custear as referidas viagens. O Diretor do DETRAN não me afirmou o que vou revelar aqui desta Tribuna. Tenho muita amizade com amigos do Sr. Diretor do DETRAN e sei que S. Exa., antes de assumir o cargo de Diretor do DETRAN era um homem bem sucedido numa firma de engenharia, da qual participava como arquiteto. O produto do trabalho por ele desenvolvido naquela firma ensinava a que, como profissional liberal, tivesse uma vida de homem da classe média para a classe rica, sem ter maiores compromissos de ordem financeira. Hoje estou informado de que o Dr. Marcos Prado, além de viver com os proventos de Diretor do DETRAN e do ordenado de Professor de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná, deve aos Bancos quase 70 mil cruzeiros de empréstimos pessoais e está na iminência de ter que vender seu apartamento adquirido há muitos anos, para fazer face à sua condição de quase insolvência por continuar pretendendo servir à administração.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não estou entendendo este final do pronunciamento de V. Exa. Não perguntei nada disto. Até estou com pena do Diretor do Trânsito.

O SR. IVO THOMAZONI — Eu também.

O Sr. Erondy Silvério — Não perguntei quanto S. Exa. ganha e nem se fez empréstimos no Banco. Não perguntei nada disto. As minhas perguntas serão complementadas em outro processo que virá depois e V. Exa. terá a oportunidade de ver que o Diretor do Trânsito não é tão pobrezinho como está dizendo. V. Exa. está contando as vicissitudes do Dr. Marcos Prado.

O SR. IVO THOMAZONI — Dei a informação porque na pergunta que V. Exa. formulou, V. Exa. indagava...

O Sr. Erondy Silvério — Quanto ele recebeu. Só isto. Não perguntei se tinha feito empréstimo.

O SR. IVO THOMAZONI — Estou dizendo a V. Exa. que a todos os títulos ele percebeu, do Tesouro do Estado, importância inferior a 3 mil cruzeiros. E digo mais, não foi ele, o Dr. Marcos Prado, Diretor do Detran, que me prestou essas informações. E se dei essas informações porque as tenho como válidas — até que V. Exa. conteste — e honestas para mim, como para aduzir alguma coisa à personalidade deste servidor estadual, não que eu tivesse qualquer objetivo de enaltecer a capacidade funcional de S. Exa., mas senti ser necessário prestar essas informações.

O Sr. Erondy Silvério — Nunca discuti a capacidade funcional do Sr. Marcos Prado.

O SR. IVO THOMAZONI — Mas para fazer justiça a um homem que exerce, com prejuízo pessoal, uma função pública.

O Sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, há duas ou três semanas, enderecei, à Casa projeto de minha autoria, propondo a Cidadania Honorária ao Dr. Marcos Prado. E se assim o fiz é porque creio na capacidade na honrabilidade do Dr. Marcos Prado. E antes de encaminhar à Mesa esse projeto fiz uma ampla verificação, uma sondagem muito grande e isso fez com que eu concluísse com a apresentação daquele Projeto. E hoje, quando V. Exa. vem à Tribuna justificar a atuação do Dr. Marcos Prado, porque V. Exa. é Líder do Governo e, portanto tem condições de justificar eventuais pedidos de informação feitos por outros Deputados na minha opinião, V. Exa. o fez muito bem. E quero dar um voto de confiança à mensagem da qual V. Exa. é portador, porque, o contrário, estaria sendo incoerente comigo mesmo. Razão pela qual dou como válida as argumentações de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a V. Exa. e também ao nobre Deputado Erondy Silvério. Nobre Deputado Erondy Silvério estou; estarei sempre com V. Exa. V. Exa. tem sido incansável na defesa dos problemas que exigem solução rápida e que a população está a exigir, muito V. Exa. tem feito para propiciar melhores condições de vida, humanizando Curitiba. V. Exa. tem sido incansável, tem o nosso respeito e o respeito da população de Curitiba, porque é um dos Deputados mais combativos, brilhantes e inteligentes. Temos certeza que a população de Curitiba haverá de reconduzi-lo para mais um mandato, porque V. Exa. faz tudo por merecer. Apenas quero que V. Exa. entenda a posição da Liderança do Governo, que apenas prestou informações para esclarecer, não para contraditar V. Exa., mas apenas esclarecendo V. Exa. dentro do que V. Exa. perguntou no expediente aprovado por esta Casa.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — Antes de conceder aparte a V. Exa. faço questão de registrar esta minha posição que é, no meu entender, validade também em termos regimentais.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. me desarmou com essa saraivada de elogios, fez-me até perder o reboledo, perder o jeito. O carnaval foi em fevereiro e V. Exa. continua a jogar confetis.

O SR. IVO THOMAZONI — O confeti está caro, o papel subiu de preço.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. já amenizou o que eu ia afirmar, mas em todo caso quero dizer a V. Exa. que nunca duvidei da capacidade do Arquiteto Marcos Prado. Ele, afinal de contas, estudou para isso, tirou um curso superior, o curso de engenharia, viajou muito, às expensas do Governo do Es-

tado. Vou provar mais tarde a V. Exa., que por vias indiretas, mas foi. Quanto às outras afirmativas sobre sua idoneidade, só poderei falar quando concluir seu relatório à Comissão de Inquérito. Quando forem refutadas aquelas afirmações, que são pesadas, quanto à concorrência mandada abrir pelo Detran, para aquisição de motocicletas. Quando a Casa apreciar o parecer do relator e o mesmo for aprovado, então sim. Então vamos pegar o atestado assim, e dizer, "ele é honesto" e botar no peito do Diretor do Detran. Mas, até lá, não posso me manifestar, porque os depoimentos contra ele são muito pesados. V. Exa. se não tive oportunidade de ler, V. Exa. o faço, porque a concorrência deixou dúvidas. Podem ser desfeitas, pelo parecer do relator; mas até lá vou aguardar.

O SR. IVO THOMAZONI — Nobre Deputado, queria informar a V. Exa. que tive oportunidade de tomar conhecimento do Relatório final e as postas ao Relatório final estavam as assinaturas de eminentes Deputados, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. O Relatório concluiu por inocular o Sr. Diretor do Detran de qualquer possível acusação no episódio da aquisição das motos ali referidas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Motocicletas.

O SR. IVO THOMAZONI — Devo dizer que o Presidente da Comissão, eminente Deputado Líder da ARENA nesta Casa, mandou que se desse nova redação ao documento final, porque segundo informações, havia algumas frases mal colocadas, mas, que, em absoluto, alterariam as conclusões finais a que chegaram os membros daquela Comissão. Quando vim a esta Tribuna, com pleno e total conhecimento da decisão daquela Comissão, salvo se fatos que foram aduzidos posteriormente, pudessem alterar a decisão final a que chegou a Comissão.

Vim com esse respaldo, entendi também as razões da reformulação redacional do documento final e segundo os membros dessa Comissão, em nada essa reformulação alterará a decisão final.

O SR. NELSON BUFFARA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Muito embora não tivesse conhecimento, como teve V. Exa., do desfecho, do resultado a que chegou a Comissão de Inquérito, entendo, data vinda do que pensa o Deputado Erondy Silvério, que S. Exa. estaria pré-julgado. Se o Deputado Erondy Silvério não quer entender que ele é um homem honrado, em contrapartida ele não pode, até que fosse consumado o trabalho da Comissão, não poderia afirmar que é desonesto. S. Exa. teria que aguardar que o parecer fosse concluído para dar sua opinião. Mas, minha situação, como autor do projeto que apresentei a esta Casa há 15 ou 20 dias, é muito delicada. Razão pela qual estou apartando V. Exa. Foi uma iniciativa sadia a que tive, porque jamais teria condições de dar essa honraria a alguém, se esse alguém fosse desonesto, fosse malversador dos dinheiros públicos. Mas, estou convicto que o Sr. Marcos Prado é um homem íncito, honesto e não me arrependerei, tenho certeza, como V. Exa. acabou de dizer, se não para a minha satisfação, para a minha tranquilidade pelo menos. Porque a Comissão concluiu pela honestidade dos atos praticados pelo Sr. Marcos Prado.

Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — Com muita honra, concedo o aparte ao nobre Líder da Arena, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Grato, nobre Deputado Líder do Governo.

Apenas para fazer um breve reparo ao pronunciamento de V. Exa., no que diz respeito ao posicionamento da CPI.

Realmente, a Comissão Parlamentar de Inquérito, já chegou a algumas conclusões preliminares que indicam, que o procedimento licitatório para aquisição de veículos auto-motores, se pautou dentro das normas legais, vigentes, que regem este tipo de procedimento administrativo. Mas, discordo que a conclusão da CPI possa ser um salvo conduto ético, ao Diretor do Detran. Qual seja, a decisão da CPI nem por isso, se poderia dizer que o Diretor do Detran, tem ou não tem, nós em sua honorabilidade pessoal.

O que a Comissão Parlamentar de Inquérito pretende, e vai fazer, é apenas analisar a legalidade do processo administrativo que regeu a licitação. Eu não entro no mérito, não tenho argumentos, nem a favor nem contra a honorabilidade do Sr. Marcos Prado. E em razão disso, não me arrisco a nenhuma opinião. Mas apenas, espero que V. Exa. concorde comigo para os parâmetros, os limites da Comissão Parlamentar de Inquérito, porque o que ela vai fazer é julgar a legalidade do procedimento administrativo. Era o aparte que eu queria dar. Agradecendo mais uma vez a oportunidade de também entrar neste debate, sem evidentemente, o brilho dos demais contendedores desta tarde.

O SR. IVO THOMAZONI — O que eu poderia prestar a V. Exa., no tocante às informações que tenho, eu me permitiria dá-las, fornecê-las na reunião da Bancada, restrita aos Srs. Deputados integrantes da nossa Bancada. Porque seria ferir a ética parlamentar, aduzir qualquer outra informação acerca das informações que tenho, para o conhecimento de V. Exa. sobre as conclusões da CPI. E antes de voltar a conceder o aparte a V. Exa. eu concedo ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas, para ilustrar com exemplos, que evidentemente não é o de concorrência realizada pelo DETRAN para a aquisição de motocicletas. O nobre Líder da Bancada da Arena, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, adiantou à Casa, que a Comissão concluiu pela legalidade da concorrência; e que a concorrência foi realizada dentro do que prescrevia a lei, para esse tipo de aquisição. Mas vou citar exemplo a V. Exa. que às vezes, nem sempre, o que se faz legalmente dentro da lei, pode ser moralmente defendido.

Admitamos que um determinado Secretário de Estado necessite adquirir 80 veículos, automóveis, para sua repartição; abre a primeira concorrência para adquirir oito automóveis e ganha a concorrência a Volkswagen do Brasil; ganha e fornece os oito veículos. Trinta dias depois, o mesmo Secretário de Estado abre nova concorrência, dentro do que prescreve a Lei, para este tipo de aquisição de bens públicos, para a aquisição de outros 72 veículos. Entretanto um dos itens dessa concorrência encerra que o veículo deve ser refrigerado a ar. A concorrência é ou não é dirigida? E justifica aquele Secretário de Estado, que assim procedeu, solicitando aquele tipo de veículo, que é exclusivo de uma fábrica, mundial, — para não haver diversificação de frota. Ora, primeiro compra o mínimo de uma frota, e depois o máximo. A concorrência é dirigida para aquela determinada marca. A exigência de que o motor seja refrigerado a ar, só pode ser cumprida pela Volkswagen. Assim a concorrência é dirigida, porque não existe desculpa plausível, de que se queira a unificação de frota; a fim de que a reposição de peças se torne mais fácil, tendo aquela secretaria veículos de uma única marca? Veja V. Exa. que a concorrência foi legal, sob o ponto de vista do que prescreve a Lei. Mas traz no seu bojo uma imoralidade que é o favorecimento de uma determinada marca de automóvel. V. Exa. vai ver, quando este relatório vier à discussão do Plenário, que algo está errado; esta Casa vai tomar conhecimento. Não estou dizendo que o Sr. Marcos Prado beneficiou-se pessoalmente com esta concorrência para aquisição de motos.

Não tenho elementos para dizer se ele é honesto ou desonesto. O fato de empregar dinheiro no Banco para viajar para a Europa, não quer dizer que seja honesto nem desonesto. Estou requerendo à Mesa que me faça chegar às mãos todo o processo da Comissão Parlamentar de Inquérito, para que possa formular um juízo. Aí vou à Tribuna e digo houve desonestidade na concorrência; vou dizer qual a responsabilidade pessoal, não só do Deputado mas do cidadão que paga seus impostos; não é favor nenhum. Quem paga deve exigir que o dinheiro desse imposto seja bem aplicado. Na qualidade de representante do povo e de cidadão vou à Tribuna inocentar todos aqueles homens que compõem a parte administrativa do Fundo para Equipamento do Detran. Porque não é o Sr. Marcos Prado o responsável pela manipulação do dinheiro do Detran. São os homens que compõem a cúpula administrativa do Detran. Virei a esta Tribuna para dar meu ponto de vista, depois de analisar e com a autoridade de quem tem experiência no ramo; tanto no ramo de veículos, como no de comércio. Poderia analisar se a concorrência teve fundo desonesto ou não. E se tiver, não terei o menor receio de chegar a esta Tribuna e dar o nome aos bois; de quem beneficiou-se.

O SR. IVO THOMAZONI — Eu quero dizer ao nobre Deputado Erondy Silvério que eu mesmo li num jornal da Capital, uma nota que insinuava a responsabilidade da publicação de uma determinada peça do processo o que também; Sr. Deputado Erondy Silvério, não seria de justiça. Ao fazer a leitura da notícia me apercebi que alguém estaria interessado em comprometer mais o Diretor do DETRAN. Não seria justo que se desanexasse depoimento de determinada pessoa ou firma para dele se tentar formar a imagem do cidadão que está sendo julgado pelo todo. Achava que seria uma injustiça que se cometesse com S. Exa. Mas confio em que V. Exa. jamais haveria de se valer de um expediente desta natureza porque V. Exa. tem sido justo, correto e não haveria de permitir que a opinião pública julgasse um servidor público por aquilo que teria afirmado a alguém, que se diz prejudicado na licitação efetuada para a aquisição dos veículos auto-motores de duas rodas. Não sei se foi assim que o Líder da ARENA se referiu às célebres "motocas" dos nossos patrulheiros.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O aparte que V. Exa. iria me conceder perdeu a oportunidade, mas apenas quero esclarecer que o edital falava em veículos auto-motores. Daí a razão de ter gerado uma confusão, porque uma das principais licitantes deixou de fazer a licitação porque achou que não se referindo exclusivamente a motocicletas, poderia ser qualquer tipo de veículo de tração a motor.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — Estava estranhando que V. Exa. não tivesse entrado no debate.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Tenho muito medo do trânsito de Curitiba que é muito perigoso, mas vou entrar nele simplesmente por uma referência que V. Exa. fez da Tribuna e que eu, como membro do MDB, me senti marginalizado. V. Exa., que acabou de relatar as posturas do Arquitecto Marcos Prado, inclusive com detalhes íntimos de sua vida, disse que maiores informações, por uma questão de ética parlamentar, já que nem dizer as dividas de uma pessoa foi considerado problema de ética parlamentar, V. Exa. somente relataria numa reunião da Bancada da ARENA. Então me senti um tanto marginalizado porque no que diz respeito à Comissão Parlamentar de Inquérito, por uma questão de ética, nós do MDB não podemos ficar sabendo. Quero dizer a V. Exa. que não é que necessitemos saber, mas nossa obrigação é saber. Apenas para que V. Exa. não nos marginalize tanto e não descaracterize a ética parlamentar com nossa presença em qualquer informação. Este foi o motivo de minha entrada, meramente accidental, no trânsito de Curitiba.

O SR. IVO THOMAZONI — Nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, eu teria que citar o nome de ilustre colega de minha Bancada na informação que nada altera a decisão da Comissão Parlamentar de Inquérito e em nada altera os depoimentos e as peças contidas no processo. O nobre Deputado Luiz Roberto Soares há de entender a minha preocupação de não ferir melindres de ninguém, muito menos de digno Deputado de nossa Bancada, Bancada em que felizmente mantemos a coesão, salvo episódios esporádicos, como na célebre "Gratificação de Produtividade" quando algumas divergências tivemos no encaminhamento do processo legislativo; é mantida sempre essa unidade graças ao perfeito entendimento que existe entre os Deputados da ARENA, e também o cuidado que temos todos no sentido de que tenhamos resguardadas as posições dos Srs. Deputados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, era o que cabia prestar como esclarecimento e informação acerca das arguições, desta Tribuna, feitas pelo Sr. Deputado Erondy Silvério.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, declino da palavra para não prejudicar a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE — Em face da renúncia do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruct.

(Pausa). Estando ausente o Sr. Deputado Maurício Fruct, declaro encerrada a Honra do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa. Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 20-74, que visa alterar, a partir de 1.º de março do corrente ano, a redação do artigo 3.º da Lei n.º 6.156, de 02-10-70, que dispõe sobre a quota de produtividade. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão o Projeto e emendas que acabam de ser apresentadas, com o seguinte teor: (Lê):

EMENDA N.º 1

AO PROJETO DE LEI N.º 36-74

O Art. 3.º e seu parágrafo 3.º da Lei n.º 6.156, de 02 de outubro de 1970, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 3.º — Fica instituída uma gratificação adicional aos vencimentos dos atuais integrantes das séries de classes de Engenheiro, Engenheiro Químico, Engenheiro Mecânico e Advogado, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias e classe única de Procurador da PGE, no valor mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros); aos atuais membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, no valor mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros); aos atuais integrantes das séries de classes de Contador, Economista, Engenheiro Agrônomo, Farmacêutico, Naturalista, Químico e Veterinário, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias no valor mensal de Cr\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos cruzeiros); e aos atuais integrantes das séries de classes de Assistente Social, Bibliotecário, Estatístico, Técnico de Administração e Redator, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias, no valor mensal de Cr\$ 1.300,00 (um mil e trezentos cruzeiros).

§ 3.º — A gratificação adicional aos vencimentos é devida em razão do pleno exercício profissional na lotação do funcionário e é inacumulável com a gratificação de tempo integral, admitida a opção, quando for o caso".

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1974.

(a) Santos Lima

EMENDA N.º 2

AO PROJETO DE LEI N.º 36-74

O parágrafo 2.º do artigo 1.º, passa a ter a seguinte redação:

"§ 2.º — Os profissionais referidos no parágrafo anterior que comprovadamente não acumularem cargos públicos Estaduais da mesma natureza, poderão perceber a gratificação pelo dobro do valor ali previsto, enquanto perdurar essa situação.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1974.

(a) Ivo Thomazoni

(a) Borsari Netto

(Assinaturas ilegíveis)

EMENDA N.º 3

AO PROJETO DE LEI N.º 36-74

Senhor Presidente.

C Deputado que ao presente subscorre, usando de suas prerrogativas regimentais, propõe emenda ao Projeto de Lei n.º 36-74:

Substitua-se:

no Artigo 3.º da Lei n.º 6.156, de 02-10-70, a expressão produtividade por "NÍVEL UNIVERSITÁRIO".

Sala das Sessões, em 12-06-74.

(a) Álvaro Dias".

Em votação, preliminarmente, a Emenda n.º 1. — Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 2. — Aprovada.

Em votação a Emenda n.º 3. — Rejeitada.

Em votação o Projeto de Lei n.º 36-74. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 255-73, de autoria do Deputado Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 257-73, de autoria do Deputado João Mansur, que declara de Utilidade Pública a Fundação São José, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 263-73, de autoria do Deputado Arthur de Souza, que declara de Utilidade Pública o Clube da Soda "Hélio Brandão", desta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 275-73, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), a Cecília Back Selhorst. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 275-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cecília Back Selhorst.

2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

O plano de Lei visa a viúva do Senhor Jacob João Selhorst, recentemente falecido na cidade de Paranavai.

O extinto, pioneiro do Distrito de Catarinenses, durante 18 anos serviu a população como Sub-Delegado de Polícia.

Na sua prestação gratuita de serviços, esqueceu-se de si para auxiliar o próximo.

A viúva acha-se em situação difícil, por isso proponho à consideração dos nobres pares que lhe seja concedida uma pensão que, embora pequena, servirá para minorar as dificuldades que atravessa.

Criar, ser de inteira justiça, que o Estado socorra aqueles que serviram gratuitamente à causa pública.

Com estas razões apresento o projeto supra, certo de receber acolhida por parte dos nobres pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 275-73

Autor: WILSON FORTES

De iniciativa do ilustre Deputado Wilson Fortes, o Projeto de Lei em epígrafe objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão no valor de duzentos cruzeiros a Cecília Back Selhorst.

A justificativa apresentada pelo autor, me convence da oportunidade da iniciativa. Quanto ao aspecto legal, como se trata de mera autorização, a proposição está em condições de ser aprovada.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 5 de dezembro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 275-73

1 — Visa o nobre Deputado Wilson Fortes, com o presente plano de Lei, autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cecília Back Selhorst.

2 — Esta matéria, devidamente estudada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável.

3 — Não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, quanto ao aspecto financeiro, objeto de estudo nesta Comissão, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO, na forma do Substitutivo Geral anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Álvaro Dias — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI N.º 275-73

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cecília Back Selhorst.

Art. 2.º — A despesa com a execução da presente Lei correrá à conta da dotação própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 1.º de abril de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Álvaro Dias — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 277-73, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a "Associação Metodista de Assistência Social — AMAS", com sede e foro na cidade de Morretes. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 277-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Metodista de Assistência Social — "AMAS", com sede e foro na cidade de Morretes, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 1973.

(a) Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

A Associação Metodista de Assistência Social — "AMAS", é entidade de caráter assistencial que visa a beneficência dos pobres e desvalidos. Além destas finalidades, visa contribuir para o sequestro moral do povo com a promoção de educação de base, orientação vocacional e formação profissional; visa distribuição de periódicos orientativos do lar e da família. São, portanto, louváveis as finalidades a que se propõe e realiza, como pode-se verificar.

A AMAS mantém ainda em Morretes, um Orfanato para crianças desamparadas.

Os membros de sua Diretoria nada percebem e aplicam totalmente os recursos em suas finalidades estatutárias, pois não visa qualquer lucro.

Sob o aspecto legal, encontra-se registrada sob o n.º 508 do livro "A" de Pessoas Jurídicas do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital, no dia 26 de outubro de 1969, conforme cópia anexa dos Estatutos e Certidão.

Assim, pelos justos motivos, esperamos haja a merecida aprovação do presente projeto de Lei, como reconhecimento aos valiosos préstimos que realiza aquela comunidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 277-73

Autor: Deputado Igo Iwant Losso

PARECER

Submete-se à deliberação desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Igo Iwant Losso, propondo que seja declarada de Utilidade Pública a "Associação Metodista de Assistência Social — AMAS", com sede e foro na cidade de Morretes, neste Estado.

Referida Associação tem por finalidade, entre outras, colaborar com as iniciativas públicas e particulares, que visem o bem estar social, criar e administrar obras, serviços e centros comunitários, de acordo com a necessidade local.

Preenchendo todos os requisitos da Lei pertinente à matéria, conforme se constata pelos documentos anexos ao Projeto, está em condições de ser aprovado pela Casa.

Destarte, opino pela APROVAÇÃO da Propositura para ulterior trâmite regimental.

É o parecer.
Sala das Comissões, em 5-12-73.
(Assinatura ilegível) — Presidente.
Nelson Bufara — Relator.
(Assinaturas ilegíveis)

Comissão de Finanças e Orçamento

PARECER ao Projeto de Lei n.º 277-73

AUTOR: Dep. Igo Iwant Losso
Objetivando declarar de utilidade pública a "Associação Metodista de Assistência Social — AMAS", com sede e foro na cidade de Morretes, o presente Projeto de Lei é assinado pelo ilustre deputado Igo Iwant Losso.

A iniciativa não envolve nenhuma despesa pública, razão porque não há sobre o que esta Comissão se pronunciar.

É o parecer.
Sala das Comissões, em 1.0-04-74.

as. ilegível — Presidente
as. ilegível — Relator
ass. ilegíveis

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 292-73, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo doar através da Secretaria de Agricultura, 2 (dois) tratores marca Internacional, modelo TD-6, Séries 1054 e 1412, destinados à Cooperativa Agrícola Irati Ltda., com sede no Município de Irati, neste Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 292-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar através da Secretaria de Agricultura, 2 (dois) tratores de marca Internacional, modelo TD-6, Séries 1054 e 1412, destinados à Cooperativa Agrícola Irati Ltda., com sede no Município de Irati, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1973.

(a) — João Mansur.

Visa a Cooperativa Agrícola Irati Ltda., de posse dos referidos tratores, incentivar à agricultura regional, principalmente em trabalhos de recuperação e conservação de solos e subsidiariamente, em outros correlatos e necessários ao desenvolvimento agrário.

Com este plano de Lei, visa o autor incrementar as atividades agrícolas no Paraná, contando, assim com o apoio integral dos Senhores Deputados com assento nesta Assembléia Legislativa.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 292-73

AUTOR: Deputado João Mansur

I) — Conforme justificativa apresentada pelo autor, verifica-se que o objetivo não é outro senão o de favorecer ao máximo o homem do campo, para que o mesmo não abandone a terra em troca de centros industriais.

O aumento da produção sendo imperativo da época, faz com que medidas desta natureza recebam o apoio do Poder Público.

II) — Como se trata de medida meramente autorizatória, somos pela aprovação do Projeto, visto não existir impedimento de caráter legal ou constitucional.

Todavia para atender a melhor técnica legislativa, apresentamos o Substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 1.0-4-74.

as. ilegível — Presidente

ANTONIO LOPES JUNIOR — Relator
ass. ilegíveis

Comissão de Constituição e Justiça

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI N.º 292-73

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Cooperativa Agrícola Irati Ltda., com sede no Município de Irati, neste Estado, através da Secretaria de Agricultura, 2 (dois) tratores marca Internacional, modelo TD-6, Séries 1054 e 1412.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

as. ilegível — Presidente

ANTONIO LOPES — Relator.

Comissão de Finanças

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 292-73

AUTOR: — Dep. João Mansur

I) — Para que se proceda esta doação, terá o Poder Executivo que consultar a Secretaria de Agricultura, a qual vai dizer da disponibilidade ou não desse equipamento.

II) — Do ponto de vista financeiro, atribuição conferida a esta Comissão para opinar, nenhum impedimento existe para antepormos ao Projeto. Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 16.04-74.

as. ilegível — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator
ass. ilegíveis

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 15-74, de autoria do Dep. Borsari Netto, que inclui a série de Classes de Técnico de Administração Tributária, na Tabela n.º 1 da Lei n.º 6.212, de 9-8-71. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 15-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A Série de Classes de Técnico de Administração Tributária, constante do art. 3.º da Lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1.971, passa a integrar a Tabela Anexa n.º 1 (um) da referida Lei.

Art. 2.º — Os efeitos financeiros da presente lei retroagem a data de vigência da Lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1.971.

Art. 3.º — Ressalvado o disposto no artigo anterior, esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.974.

BORSARI NETTO

JUSTIFICATIVA:

Quando da elaboração da Lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1.971, aprovada por esta Casa Legislativa e sancionada pelo Governador do Estado, nela, a Série de Classes de Técnico de Administração Tributária constou do Anexo n.º 3, em vez de constar do n.º 1. A Série de Classes de Técnico de Administração Tributária vai de nível 24 a 28 e é de nível universitário.

Os Técnicos de Administração Tributária constituem a viga mestra da Administração Fazendária, e a medida proposta a ser aprovada é apenas uma medida de justiça, pois essa Série de Classes de funcionários está sendo prejudicada em seus vencimentos há dois anos, desde que vigora a Lei n.º 6.212 de 9 de agosto de 1971.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 15-74

O ilustre deputado Borsari Neto pretende por este projeto incluir a Série de Classes de Técnico de Administração Tributária, na Tabela n.º 1, da Lei n.º 6.212, de 9.8.71, cujos efeitos financeiros deverão retroagir a data de 9 de agosto de 1.971.

Na justificação da matéria em questão, o nobre autor destaca a injustiça em que se encontra a referida categoria funcional, pelo que propõe a medida reparadora.

Os propósitos do operoso parlamentar são inteiramente procedentes.

Opino pela aprovação do proposto.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1974.

as. ilegível — Presidente

IVO THOMAZONI — Relator
ass. ilegíveis

Comissão de Finanças

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 15-74

De autoria do ilustre deputado Borsari Netto, o presente Projeto de Lei objetiva passar a Série de Classes de Técnico de Administração Tributária, constante do art. 3.º, da Lei n.º 6.212, para a Tabela Anexa n.º 1 (um) da referida Lei.

Do ponto de vista financeiro que me cabe examinar nesta Comissão, entendendo que a matéria está em condições de ser aprovada.

É o parecer.

Sub-censura.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1974.

as. ilegível — Presidente

ALVARO DIAS — Relator
ass. ilegíveis

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando a não realização amanhã dia de Corpus Cristi, da Sessão Ordinária, bem como a suspensão do expediente da Secretaria da Casa. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldomiro Gayer. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando adoção de medidas em áreas de competência, às seguintes autoridades: Sr. Ministro da Saúde, Sr. Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Srs. Secretários de Segurança e de Saúde, Prefeito Municipal de Curitiba, e Comandante do Corpo de Bombeiros, no que se refere ao uso de aquecedores a gás, sem as devidas e necessárias precauções. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, bem como ao Sr. Diretor do D.E.R., no sentido de que se dignem adotar as medidas necessárias visando a permanente conservação da estrada São Mateus do Sul-Irati. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se dignem enviar à esta Casa para apreciação, Mensagem sobre o Estatuto do Magistério. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de louvor pela eleição do sr. João Havelange, para presidir a entidade máxima do Futebol Mundial, FIFA. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando lhe sejam entregues, cópias das peças integrantes do processo que apura irregularidades no Detran, através da Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada nesta Casa. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja enviado a esta Casa, para discussão e aprovação, o Estatuto do Magistério. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de agradecimento ao Sr. Governador do Estado.

bem como aos srs. Secretário de Viação e Obras Públicas e Diretor do D.E.R., pelo asfaltamento do acesso à Jaguapitã. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 235-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja dispensada a publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 36-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final de diversos Projetos de Lei e de Resolução. — Aprovado.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, as Sessões de sexta-feiras sempre matutinas, tem a Ordem do Dia anunciada nesta Sessão de quarta-feira, para aguardar o interstício regimental mínimo de 24,00 horas. Ocorre, Sr. Presidente, que amanhã, dia 13, é dia santificado. E, dado a aprovação do Requerimento votado por esta Casa, houve a suspensão da Sessão plenária de amanhã.

Indagaria de V. Exa., da possibilidade de inclusão em 4.a discussão, na Sessão de sexta-feira, do Projeto de Lei n.º 36-74, aprovado em 3.a discussão, na Sessão de hoje. Considerando que há o interstício regimental indispensável, agradeceria a V. Exa. se pudesse incluí-lo.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere o Requerimento do nobre Líder do Governo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para a próxima sexta-feira, dia 14, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Resolução n.ºs: 72-73, 05-84, 12-74 e dos Projetos de Lei n.ºs: 278-70, 162-71, 250-71, 92-72, 169-72, 182-72, 184-72, 90-73, 271-73, 293-73,

4.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 36-74.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

Comissão de Terras, Imigração e Colonização

7.a Legislatura — 4.a Sessão Legislativa

Ata da 2.a Reunião Ordinária

Aos dez dias do mês de junho do ano de hum mil novecientos e setenta e quatro, às quinze horas e quarenta e cinco minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Domicio Scaramella e contando com as presenças dos senhores deputados Alvaro Dias, Ivo Rocha, Iris Caldart e Gabriel Manoel, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada sem restrições, a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 01-74, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 112-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva doar à Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Jacarezinho, o imóvel de propriedade do Estado, que especifica, Relator deputado Gabriel Manoel, parecer favorável, Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 27-74, de autoria do senhor deputado Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da cidade de Rolândia, as datas de terra de números 4 à 19 da quadra n.º 40 da planta geral da referida cidade, de propriedade do Estado e dá outras providências. Relator deputado Alvaro Dias, parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 30-74, de autoria do senhor deputado Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo a doar a Prefeitura Municipal de Rolândia, a data de terras de n.º 16, da quadra 69 da planta da cidade de propriedade do Estado e dá outras providências. Relator deputado Alvaro Dias, parecer favorável. Aprovado. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) Deputado DOMICIO SCARAMELLA — Presidente
a) Agildes de Oliveira Martins — Secretário